



BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

A exploração dos recursos naturais em Moçambique: implicações para as condições de vida da população

A exploração de recursos naturais é um tema de grande relevância e complexidade em diversas partes do mundo. Em Moçambique, a demanda por recursos naturais tem impulsionado actividades de exploração em diferentes sectores. O Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) tem realizado várias pesquisas sobre este tema. O presente Boletim Bibliográfico apresenta um conjunto de estudos do IESE, que abordam a questão da exploração dos recursos naturais, seus desafios, impacto económico e ambiental, incluindo nas condições de vida da população. O Boletim subdivide-se em quatro subtemáticas: (1) *recursos minerais*, (2) *petróleo e gás*, (3) *terra* e (4) *florestas*.

Publicações do IESE sobre o tema

RECURSOS NATURAIS

Rantala, J. (2022). Grande riqueza, poucos beneficiários: percepções locais da gestão dos recursos naturais em Moçambique. Relatório de Pesquisa. Maputo: IESE.

Resumo

Moçambique dispõe de riqueza no solo, subsolo, litoral e águas. Entretanto, a ausência de uma paz sustentável faz com que o país seja um dos mais subdesenvolvidos do mundo. Este é um dos pressupostos que este relatório de pesquisa faz alusão, quando analisa a gestão dos recursos naturais e dos conflitos a ela inerentes, abrangendo diversas actividades de utilização dos recursos, como a mineração industrial, artesanal, a conservação da natureza, a pesca, a caça, o turismo, a agricultura e a extração de recursos florestais. Com vista a contribuir para a prevenção de conflitos e para a gestão mais abrangente e pacífica dos recursos naturais, o estudo avalia os pontos fortes e as limitações dos beneficiários do projecto, a dinâmica e as dimensões de género nos conflitos. Igualmente, o estudo compara as dinâmicas em algumas províncias, onde cada uma tem um foco temático diferente, e os sucessos e fracassos de uma são reflectidos como lições que vão melhorar a gestão dos recursos naturais em outras áreas. O estudo também verificou a existência de conflitos locais e propõe soluções.

Rantala, J. (2023). Reassentamentos mais decentes? As lições de Tete. Boletim Ideias N° 150. Maputo: IESE.

Resumo

O artigo faz uma reflexão da situação da comunidade de Muichi no distrito de Niipepe, província de Niassa, que está a preparar-se para o primeiro reassentamento em virtude de um projecto de exploração de grafite. Olhando para a experiência de alguns reassentamentos ocorridos na província de Tete - que foram realizados em condições precárias, o artigo recomenda que, a comunidade e o governo do distrito considerem as experiências das comunidades afectadas pela exploração mineira em Tete, com vista a evitar erros que possam provocar um impacto económico e social negativo para as partes envolvidas, e que o estudo destes casos seja reproduzido noutros locais onde se antevê a existência de reassentamentos. A realização de reuniões interprovinciais e workshops entre as comunidades onde decorrem projectos extractivos, nas suas diversas fases, tendo em vista a troca de experiências é fundamental.

Rantala, J. & Ali, T. (2022). Mineração de ouro artesanal: de operações clandestinas para uma contribuição para o desenvolvimento local? Boletim Ideias N°149P. Maputo: IESE.

Resumo

O artigo debruça-se sobre a extracção de ouro em Moçambique, com base em material recolhido no trabalho de campo nos distritos de Gorongosa, Chiúre, Namuno, Montepuez, Beira e Pemba, dando destaque aos aspectos positivos e negativos e ao potencial económico e social de cada uma das comunidades onde decorre a exploração mineira informal. Foram recolhidos relatos junto de funcionários dos governos locais, mineiros informais, agricultores, membros da comunidade, activistas e pessoal de ONG. Observamos aspectos positivos e negativos, bem como o potencial económico e social em cada uma das comunidades onde ocorre a exploração mineira informal. Estes impactos variam, dependendo do tipo de organização da actividade de mineração, da repartição dos ganhos, do contex-

to social e político mais amplo e da intervenção de outros actores a nível local, nacional, regional e global.

Rantala, J. (2022). “Acesso restrito”: zonas encerradas devido à mineração (Cabo Delgado) e à conservação (Sofala). *Boletim Ideias Nº 148P*. Maputo: IESE.

Resumo

Tomando os exemplos da extracção de pedras preciosas pela empresa Gemfield, em Cabo Delgado, e a área de protecção e conservação ambiental no Parque Nacional da Gorongosa (PNG), em Sofala, este estudo aborda o poder decrescente das instituições do Estado, em especial dos governos distritais, em duas zonas “restritas” diferentes: as licenciadas para prospecção e exploração mineira e as estabelecidas como parques nacionais. O estudo analisa igualmente as dificuldades encontradas pelas instituições e agentes do Estado e pela sociedade civil no controlo das suas actividades nestas zonas, que são frequentemente cercadas e supervisionadas por empresas de segurança privadas. A abordagem baseou-se em entrevistas em distritos afectados pelo PNG e pela extracção de pedras preciosas industriais em Montepuez.

Sambo, M. (2018). Haiyu Mozambique Mining Company: dinâmicas da intervenção chinesa nas areias pesadas de Angoche. *Boletim Ideias Nº 97*. Maputo: IESE

Resumo

O artigo descreve as dinâmicas da intervenção chinesa no sector mineiro moçambicano com destaque na Haiyu Mozambique Mining Company (HMMC). Analisando o impacto da HMMC na vida e economia locais, o artigo remete-nos a uma reflexão sobre os benefícios das políticas de atracção de investimento que o país tem enaltecido. Porém, evidencia-se que a euforia manifestada pelas elites políticas, com a chegada da HMMC, passados cinco anos desde o início das actividades, não condiz com os resultados anunciados. O grau de descontentamento das comunidades locais, que não se beneficiam do projecto, entra em contradição com as expectativas e promessas apresentadas no início. Por isso, a ponderação sobre o tipo de investimento que o país necessita ou sobre as medidas a serem tomadas relativamente ao investimento que beneficie a comunidade local e a nação, com vantagens mútuas, é fundamental.

PETRÓLEO E GÁS

Macuane, J. J. & Muianga, C. (2020). Recursos naturais, instituições e transformação económica em Moçambique. *Working Paper 136*. Helsinki: UNU-WIDER.

Resumo

O estudo analisa o contributo da indústria extractiva para a transformação económica no âmbito institucional, em virtude do boom de recursos naturais em Moçambique, particularmente dos grandes investimentos em exploração mineira, petróleo e gás. Apesar de o país ter feito reformas, com vista a responder a influência do sector dos recursos naturais na economia e os seus efeitos terem sido significativos, as dinâmicas subjacentes bloqueiam as perspectivas do sector dos recursos que contribuem para a

transformação económica. Por isso o estudo constata que não há certeza de que o actual boom de recursos possa conduzir à transformação económica, embora o seu potencial seja significativo, devido ao patrocínio político e o clientelismo, a competição no seio da elite governante, a limitação da base produtiva, a fragilidade do Estado, o alto índice de pobreza e os défices fiscais regulares.

Siúta, M., Ibraimo, Y. & Muianga, C. (2020). Perspectiva económica do Fundo Soberano e principais desafios do sistema de gestão das finanças públicas em Moçambique. *Boletim Ideias Nº 136*. Maputo: IESE.

Resumo

O artigo analisa a questão despoletada na sequência da proposta de modelo do Fundo Soberano do Banco de Moçambique, do anúncio da previsão de arrecadação de 96 mil milhões de USD, no decorrer dos projectos de exploração do gás natural. O cerne da questão é até que ponto este objectivo pode se concretizar, olhando para as nuances dos mercados internacionais, especialmente do gás, que determinam as decisões de investimento das grandes multinacionais que actuam nos sectores do petróleo e gás. O artigo alerta para a necessidade da definição exacta das receitas provenientes da exploração dos recursos, principalmente do gás, porque tem impacto nas expectativas geradas pela população, na tributação dos projectos e definição das políticas públicas. A grande quantidade de dinheiro que entra e sai na economia tem impacto nos preços, taxas de juros e câmbio e, conseqüentemente, na qualidade de vida das pessoas. O desenvolvimento do país depende da gestão racional das receitas e das políticas públicas, que definem as despesas e as prioridades para as quais as receitas serão usadas. Com relação ao Fundo Soberano, isso pressupõe a fixação de regras fiscais precisas e reestruturação dos parâmetros de tomada de decisão sobre as alocações ao Orçamento do Estado para despesas correntes ou de emergência.

TERRA

Ali, R. & Stevano, S. (2022). Trabalho na agro-indústria e reprodução social do trabalho em Moçambique. Contradições no sistema de acumulação actual. In: C. Castel-Branco, R. Ali, S. Chichava, S. Forquilha & C. Muianga (orgs.). *Desafios para Moçambique 2022*. Maputo: IESE. pp. 201-224.

Resumo

O artigo analisa a organização do trabalho na agro-indústria moçambicana e as suas tensões e intersecções, além do âmbito produtivo, sob o regime contemporâneo de acumulação de capital. O argumento é de que o tipo de emprego gerado na agro-indústria representa o modo dominante de organização da produção, em que a capacidade do sector privado de produzir lucros se alicerça no acesso à mão-de-obra barata e descartável. A não ser que as inter-relações co-constitutivas entre a produção e reprodução sejam entendidas e analisadas, a desintegração dos meios de subsistência acentuará a crise da reprodução social.

Ganho, A. S. (2022). Classe, política e processos dinâmicos de acumulação em torno do projecto orizícola sino-moçambicano no baixo Limpopo, 2005-2014. In: C. Castel-Branco, R. Ali, S. Chichava, S. Forquilha & C. Muianga (orgs.). *Desafios para Moçambique 2022*. Maputo: IESE. pp. 249-289.

Resumo

O artigo analisa o projecto sino-moçambicano de produção orizícola no baixo Limpopo, e questiona as formas como as dinâmicas de classe se adaptaram e foram adaptadas pelo modelo de cooperação chinês, num contexto de agravamento dos preços globais dos produtos agrícolas e das mudanças de interesse de acumulação do país. A análise estende-se à compreensão de como este projecto se conecta com a estratégia prevalente de acumulação que tem mantido as facções capitalistas no poder e o impacto desta para as dinâmicas de diferenciação rural na área de Xai-Xai. O argumento é de que os grupos capitalistas moçambicanos dominantes, apropriaram-se do projecto, com a centralização do controlo do Estado sobre o investimento estrangeiro, particularmente chinês, por meio da administração da terra e água em regadios públicos. Ao nível local, o objectivo claro de formar uma classe de capitalistas rurais ou de produtores médios está assente na velha visão dualista da agricultura, desvalorizando a dependência histórica de diferentes fontes de subsistência principalmente a produção familiar, o que, por si só, é um efeito do modo histórico de acumulação para assegurar que os custos de mão-de-obra se mantenham baixos.

Muianga, C. (2020). A economia de Moçambique e os conflitos e tensões à volta das condições de produção e reprodução agrícola. In: S. Forquilha (org.). *Desafios para Moçambique 2020*. Maputo: IESE. pp. 185-206.

Resumo

A agricultura é considerada a base para o desenvolvimento da economia. Entretanto, este desenvolvimento é pouco significativo para as forças produtivas na agricultura e no meio rural. Não obstante, a produção agrícola familiar de subsistência ainda é uma das principais fontes de reprodução da força de trabalho barata para as grandes empresas e plantações agrícolas. Este tipo de produção conjuga-se com outras formas de produção e de trabalho que altera a reprodução da força de trabalho e a sua disponibilidade para o capital. É sobre estas questões, que o artigo traz os subsídios para a compreensão dos conflitos e tensões em torno das condições de produção e reprodução agrícola em Moçambique, defendendo que as estruturas dominantes da economia ditam as condições sociais de produção e reprodução agrícola, a sua transformação e a natureza de conflitos e tensões.

Ali, R. & Stevano, S. (2019). Work in the agro-industry, livelihoods, and social reproduction in Mozambique: beyond job creation. *Boletim Ideias Nº 121*. Maputo: IESE.

Resumo

Nos últimos anos, o enfoque da política em Moçambique incide na criação de emprego, negligenciando as inter-relações de trabalho assalariado e reprodução social, no contexto do emprego casual de baixos salários, rotatividade da força de trabalho e provisão pública deficiente. Por isso, a questão que se coloca é se a geração de emprego causa a destruição dos meios de subsistência. Para análise, o artigo baseia-se nos dados de

entrevistas com trabalhadores de processamento de cajú e plantações florestais, mas também com diferentes agregados familiares de Gaza e Niassa. O artigo defende que as condições de vida e de trabalho precários vão além do âmbito de produção nas agro-indústrias, envolvendo as organizações socio-económicas das famílias e dos seus meios de subsistência, que são variadas e desagregadas. O bem-estar dos trabalhadores ultrapassa a falta de emprego ou baixos salários e é afectado pela estrutura do trabalho assalariado e não assalariado, em que os trabalhadores e suas famílias têm de realizar para se sustentar.

Muianga, C. (2018). A questão da terra e os debates sobre opções de transformação agrária e rural em Moçambique. In: S. Forquilha (org.). *Desafios para Moçambique 2018*. Maputo: IESE. pp. 289-305.

Resumo

O artigo aborda a questão da terra e a sua importância nos debates sobre opções económicas e de transformação agrária e rural em Moçambique. Embora o tema não seja novo, a sua resolução é um factor crucial num contexto em que o acesso e controlo da terra e dos seus recursos se tornou fundamental para a expansão e penetração do capital global no meio rural. Com isso, novas dinâmicas de concentração de terra e de acumulação de capital são criadas e vão se reflectir nas condições sociais de produção e reprodução rural. Essas mudanças são resultado da alteração na natureza das relações sociais baseadas na terra e dos padrões de acesso, posse e uso.

O artigo defende que uma resolução da questão da terra, como elemento fundamental da questão agrária mais geral, necessita de uma melhor percepção das dinâmicas e processos de acumulação baseados e associados à terra, dos correspondentes e variados processos de formação de classes e suas implicações na reprodução social rural ao longo da história.

Muianga, C. (2018). A questão da terra e opções de transformação agrária e rural em Moçambique: algumas notas para o debate. *Boletim Ideias Nº 108*. Maputo: IESE.

Resumo

O artigo analisa a questão da terra e a sua relevância nas discussões sobre opções económicas e de transformação agrária e rural em Moçambique. Com a expansão do capital (ismo) global e a sua inserção em diversos sectores do meio rural, a questão da terra tornou-se mais complexa. Esta complexidade demanda que novos dados de análise contendo questões de economia política e de formação de classes do passado e do presente sejam levados em consideração. As discussões tanto do passado como actuais acerca da identidade do Estado e propriedade pública da terra, os direitos de propriedade mais gerais, como são determinados e salvaguardados, bem como o ponto sobre a transmissibilidade desses direitos entre detentores privados através do mercado, demonstram esta complexidade, e que a questão da terra não é isolada.

FLORESTAS

Bruna, N. (2022). Crise ambiental, acumulação e subsistência rural. Extractivismo e a nova fronteira de acumulação no contexto de mudanças climáticas. In: C. Castel-Branco, R. Ali, S. Chichava, S. Forquilha & C. Muianga (orgs.). *Desafios para Moçambique 2022*. Maputo: IESE. pp. 291-309.

Resumo

O artigo traz subsídios para a compreensão das implicações da crise ambiental e das soluções que dela possam derivar, para os processos de acumulação de capital e para a subsistência rural em Moçambique a partir das várias perspectivas do mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+). Também elucida que, numa economia cujo modelo de desenvolvimento rural extractivista está consolidado, as soluções para a crise climática acoplaram-se à corrida extractivista dos recursos, com altos custos sociais. Essencialmente, associada ao extractivismo verde, emerge a nova fronteira verde de acumulação, onde surgem novas oportunidades e estratégias de acumulação e estratégias de facilitação e anuência da expropriação de recursos, apoiados em discursos fundamentados pela luta contra as mudanças climáticas. Estes esquemas consistem no processo de expropriação e extracção de direitos de emissão, legitimação da expropriação de recursos – terra e recursos florestais, baseado no discurso para atingir as metas globais climáticas. Por isso, o artigo antevê que o futuro dos agregados familiares rurais e dos seus meios de subsistência estão fortemente dependentes do nexu carbono/ lucro do capitalismo.

Ali, R. (2018). Geração de emprego e bem-estar. Que contradições existem à luz da agro-indústria florestal em Niassa? In: Salvador Forquilha (org.). *Desafios para Moçambique 2018*. Maputo: IESE. pp. 251-288.

Resumo

A geração de emprego nas agro-indústrias em Moçambique tem suscitado questionamentos pelos trabalhadores agrícolas, sindicatos e empresas. O contexto da criação de emprego nas plantações agro-industriais de florestas na província de Niassa reflecte esta inquietação. A concessão de extensões de terra a longo prazo às empresas florestais em Niassa foi feita com a promessa de criação de emprego. Neste âmbito, o artigo analisa o tipo de emprego criado, especificamente a ligação entre os padrões de emprego, a organização produtiva de trabalho, a experiência e a situação do trabalho na província, as condições de organização social, de saúde, do meio ambiente e as implicações destes factores para o bem-estar dos trabalhadores e das suas famílias.